

## CHARGE DO DIA

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 09/04/2017



## Relator vai antecipar o parecer sobre a reforma trabalhista

Na última audiência pública sobre a reforma trabalhista, que está em andamento na Câmara Federal, realizada na última quinta-feira, os debatedores discordaram de um dos argumentos do governo, de que reforma trabalhista vai gerar empregos.

E a discórdia aumentou quando o relator do projeto, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) confirmou a antecipação da apresentação de seu relatório para a próxima quarta-feira (12), e não mais em maio como estava previsto.

O debate envolveu o PL 6787/16), que prevê uma série de mudanças na legislação trabalhista e na própria Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Os debatedores discordaram desse argumento, entretanto, a mesma tese do governo foi também defendida, na audiência.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 10/04/2017

## Reforma e terceirização serão estímulo ao 'bico'

Para Wadih Damous (PT-RJ), a reforma trabalhista, juntamente com a lei de terceirização sancionada pelo governo, vai promover o "bico", em vez do emprego digno.

Damous e outros deputados da bancada do PT protestaram contra a apresentação do relatório na próxima semana. Segundo Damous, isso contraria o plano de trabalho do relator, que previa a apresentação do parecer no início de maio.

"Os prazos foram consensuados dentro da comissão", ressaltou. Sete milhões de trabalhadores tomaram um calote das empresas superior a R\$ 20 bilhões em suas contas do FGTS. O fato só foi descoberto com a liberação das contas inativas do fundo de garantia.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e o Jurídico da CAIXA detectaram que os valores são créditos devidos ao Fundo de Garantia que estão inscritos em dívida ativa.

Esses créditos foram apurados por Auditores-Fiscais do Trabalho. Cerca de 200 mil empresas não fizeram corretamente o depósito do FGTS, de acordo com a PGFN, e estão tendo agora que acertar as contas, mas o problema, segundo explica o Ministério do Trabalho, é que dificilmente, será possível reaver esta quantia dentro do prazo estipulado pelo Governo, em julho deste ano.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 10/04/2017

## Deputados querem acabar com o auxílio do INSS aos presos

A crise penitenciária que assustou o país no início de 2017 reacendeu o embate entre os defensores dos direitos humanos e aqueles que são contrários a qualquer tipo de benefícios para os presos. E, com ele, pipocam na Câmara dos Deputados projetos de leis que atingem diretamente a vida dos detentos e seus familiares. O mais novo texto tratando do assunto foi apresentado no último dia 23 de fevereiro pelo deputado federal Roberto de Lucena (PV-SP). O parlamentar quer acabar com indenizações em dinheiro, por danos materiais ou morais, pagas pelo poder público aos presidiários que estiveram em condições degradantes. Se o texto for aprovado sem modificações, ficará proibido, de forma "irrevogável e irreversível", esse tipo de indenização pelo poder público. E se o detento for reincidente, ele terá que indenizar a vítima ou seus familiares, em caso de morte

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 09/04/2017

## Auxílio mensal do INSS é questionado por 5 projetos

O pagamento do auxílio-reclusão é outro ponto que gera polêmica e é alvo de cinco projetos na Câmara dos Deputados. Atualmente recebem o benefício dependentes de segurados presos que tinham salário de contribuição para a Previdência de até R\$ 1.292,43. É pago enquanto o segurado estiver preso sob regime fechado ou semiaberto e não receba qualquer remuneração. No ano passado, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) gastou R\$ 445,1 milhões com o benefício em todo o país. Três projetos modificam a Constituição Federal e preveem a extinção do auxílio-reclusão. Dois ainda determinam a instituição de um benefício assistencial de um salário mínimo aos dependentes das vítimas de homicídio ou vítima que tenha ficado afastada do trabalho em razão da violência sofrida. Um deles foi apresentado pela deputada Antônia Lúcia (PSC-AC).

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 09/04/2017

## Preso deve pagar também por despesas na prisão

E por falar em indenização, o deputado Nelson Marchezan Júnior (PSDB-RS) também apresentou um projeto, em 2015, propondo que o estado cobre do preso as despesas com a própria prisão. "Trata-se de cobrar daqueles que têm condições financeiras para indenizar e ressarcir o Estado pelos prejuízos que causaram à sociedade, ao mesmo tempo em que reduz a carga de cobranças tributárias sobre o cidadão de bem que cumpre com suas obrigações sociais", alegou o parlamentar, para quem o projeto traz um novo "paradigma legal". De acordo com o deputado, dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) mostram que o Brasil gasta aproximadamente R\$ 42 mil por ano com cada preso em um presídio federal – o dobro do investimento em cada aluno do ensino superior, que é de R\$ 21 mil. Nos estados, o custo de cada preso chega a R\$ 21 mil anuais.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 09/04/2017

## Em 2018, mínimo pode chegar a R\$ 979,00

O governo propôs salário mínimo de R\$ 979,00 para o próximo ano. O valor consta do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018. Atualmente, o salário mínimo é R\$ 937,00. A equipe econômica seguiu a regra atual, que determina a correção do mínimo pela inflação do ano anterior pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país) de dois nos anteriores. Houve contração de 3,6% do PIB, o salário mínimo será corrigido exclusivamente pela variação do IPCA. Foi considerada a estimativa de 4,48% para o IPCA que consta em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 08/04/2017